

Áreas Protegidas no Nível dos Governos Locais

Apoiando os municípios no Brasil, Colômbia, Equador e Peru para a conservação da biodiversidade

O Desafio

Brasil, Colômbia, Equador e Peru detêm uma diversidade biológica de importância global. A vontade política dos quatro países de conservar tal biodiversidade é notável pela ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), bem como pela criação e gestão de áreas protegidas. Os quatro países conservam entre 10% e 25% de seus territórios em áreas protegidas.

Como parte de um sistema abrangente, as áreas protegidas e outras medidas de conservação dos governos locais contribuem para conectar habitats naturais, protegendo-os de forma sustentável.

Nos quatro países, já existem medidas de conservação baseadas em áreas implementadas por governos locais. O status legal das áreas protegidas locais varia de país para país. Brasil e Equador reconhecem as áreas protegidas criadas e gerenciadas por governos locais como parte de sistemas nacionais de áreas protegidas. Esse ainda não é o caso no Peru e na Colômbia.

Muitas vezes, a contribuição dos governos locais para a conservação da biodiversidade tem pouca visibilidade. Os recursos financeiros que dispõem são limitados. Raramente as iniciativas são integradas nos processos de planejamento e estratégias de desenvolvimento territorial. Além disso, falta compreensão e conhecimento sobre a importância das áreas protegidas e medidas de conservação para o desenvolvimento sustentável local. Isso vale especialmente para a disponibilização de serviços ecossistêmicos, como o abastecimento de água potável, espaço para lazer e proteção contra catástrofes naturais causadas pelas mudanças do clima.

Objetivo

Os governos locais no Brasil, Colômbia, Equador e Peru dispõem de melhores condições para conservar a biodiversidade pela gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas.

Nome do projeto	Áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas no nível dos governos locais
Por encargo do	Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha
Parceiros de execução	União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
Países	Brasil, Colômbia, Equador e Peru
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Parceiros políticos	Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil, Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS) da Colômbia, Ministério do Ambiente, da Água e da Transição Ecológica (MAATE) do Equador e Ministério do Ambiente (MINAM) do Peru
Volume	7,7 milhões de euros, incluindo 2 milhões de euros em contribuições dos parceiros
Duração	Dezembro de 2016 até janeiro de 2022

Nossa Abordagem

O projeto é executado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*. Os parceiros de implementação são o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, uma associação mundial de governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável, e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma organização internacional não governamental que é composta por organizações da sociedade civil e também de governos. Os parceiros políticos são os ministérios do meio ambiente dos países participantes. Nos quatro países, o projeto atua em estreita colaboração com os governos locais e suas associações e redes, como, por exemplo, a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) no Brasil.



A gestão efetiva de áreas protegidas locais e outras medidas de conservação constitui uma valiosa contribuição para assegurar serviços ecossistêmicos, como água, lazer e proteção contra desastres naturais.



À esquerda: A troca de experiências entre os países é parte fundamental do projeto.

À direita: Parque Metropolitano Pituçu, em Salvador (BA).

As ações do projeto baseiam-se em iniciativas existentes e têm como foco:

- **Fortalecer capacidades dos governos locais**

Lições aprendidas, bem como instrumentos de gestão e financiamento existentes são sistematizados e usados para elaborar, adaptar e implementar ferramentas de treinamento adequadas para os atores dos governos locais.

- **Fortalecer e consolidar o papel dos governos locais na conservação da biodiversidade dentro de marco legal e institucional**

Com base em análise das condições institucionais, são desenvolvidas recomendações políticas para que representantes dos governos locais e suas associações participem ativamente nos grupos de trabalho nacionais e, assim, atuem no planejamento e na implementação das ações do projeto.

- **Comunicar os desafios e benefícios das áreas protegidas locais e de outras medidas de conservação**

As medidas de conservação dos governos locais são divulgadas para os grupos-alvo. As lições aprendidas são divulgadas em eventos nacionais e internacionais e disseminadas em fóruns técnicos relevantes.

Resultados e Impactos

A voz e as experiências dos governos locais foram ouvidas e compartilhadas nas conferências regionais do projeto em São Paulo (2017), Quito (2018), Lima (2019) e em uma edição virtual (2020). Os esforços dos ministérios do meio ambiente dos quatro países para aprimorar o marco legal e institucional foram visibilizados e reconhecidos.

No **Brasil**, seis municípios receberam capacitação na metodologia "Integração de serviços ecossistêmicos (ISE)" na gestão de áreas protegidas locais. Florianópolis aplicou essa metodologia na

formulação de seu Plano Municipal da Mata Atlântica. Os municípios brasileiros já utilizam guias e diretrizes sobre temas prioritários apoiados pelo projeto, tais como o "Roteiro de Criação de Unidades de Conservação Municipais" (um passo a passo didático que facilita a criação e a gestão de áreas protegidas locais), o Portal Proteja (com informações sobre o "ICMS Ecológico") e as versões em Português de "Áreas Protegidas Urbanas" e "Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas".

Na **Colômbia**, o grupo de trabalho do projeto contribuiu para o reconhecimento das denominadas "Estratégias Complementares de Conservação" e apoiou a publicação "Vozes da gestão territorial". Pela primeira vez, os municípios foram incluídos no diálogo sobre a configuração dos sistemas regionais de áreas protegidas. Foram catalogados os sistemas de áreas protegidas urbanas existentes. As experiências foram disponibilizadas para o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para a elaboração da nova política sobre áreas protegidas.

No **Equador**, foram elaboradas disposições para a nova legislação ambiental, que regulamenta a situação legal das áreas protegidas e outras medidas de conservação locais. Os Governos Autônomos Descentralizados dispõem de melhores condições para determinar e administrar subsistemas próprios de áreas protegidas. Com o apoio do projeto, os municípios relatam que o reconhecimento da Reserva da Biosfera do Chocó Andino de Pichincha facilita o diálogo entre diferentes grupos de interesse e a parceria e a colaboração entre eles.

No **Peru**, foi criado um guia para identificar outras medidas de conservação locais como parte do planejamento do uso sustentável da terra. As experiências obtidas são incorporadas, por meio de uma Task Force da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN, aos debates da CDB sobre sistematização e reconhecimento de outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas.

<p>Editor</p> <p>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn</p> <p>GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 903 Ed. Brasília Trade Center 70711-902 Brasília/DF – Brasil T +55 61 2101-2170 giz-brasilien@giz.de</p> <p>www.giz.de/brasil</p>	<p>Parceiros</p> <p>Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria de Áreas Protegidas (SAP) Departamento de Áreas Protegidas (DAP) Esplanada dos Ministérios – Bloco B 70.068-900 Brasília/DF – Brasil www.mma.gov.br</p> <p>IUCN/IUCN – América do Sul Av. República de El Salvador N34-127 y Suiza 170515 Quito, Equador T +593 2 3330 684 www.iucn.org</p> <p>ICLEI SAMS – Brasil Rua Marquês de Itu, 70 - 14º andar Vila Buarque 01.223-903 São Paulo/SP – Brasil T +55 11 5084-3079 americadosul.iclei.org</p>
<p>Responsável</p> <p>Jens Brüggemann e Maria Olatz Cases</p>	<p>Por encargo do</p> <p>Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha</p>
<p>Data</p> <p>Julho de 2021</p>	<p>Endereços</p> <p>BMU Bonn Robert-Schuman-Platz 3 53175 Bonn, Alemanha T +49 (0) 228 99 305-0 F +49 (0) 228 99 305-3225</p> <p>BMU Berlin Stresemannstraße 128 - 130 10117 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 305-0 F +49 (0)30 18 305-4375</p>
<p>A GIZ é responsável pelo conteúdo desta publicação.</p>	
<p>poststelle@bmu.bund.de www.bmu.de</p>	